



Revisão das desonerações da folha é prioridade nas votações

Ana Volpe/ Agência Senado



Projeto que retira o benefício de 56 setores da economia é o primeiro item da pauta do Plenário na semana e faz parte do ajuste fiscal do governo. Texto tem de ser votado antes de qualquer outro tema

Com a mudança proposta pelo governo, setores que hoje pagam 1% de contribuição previdenciária sobre a folha passarão a arcar com 2,5%. Os que pagam 2% terão alíquota de 4,5%. O projeto foi aprovado na

Câmara no final de junho depois de muita discussão. A oposição votou contra por entender que a retirada das desonerações dificulta a recuperação da economia e gera mais desemprego. Pauta da semana também inclui reforma política e pacto federativo. **3**

Texto aprovado na Câmara preservou setores como o de calçados, que pagarão menos que o inicialmente previsto

Audiência no Maranhão aponta prejuízos em projeto de terceirização **3**

Zico poderá receber apoio como candidato à presidência da Fifa **4**

Lei sobre novo indexador da dívida de municípios e estados é sancionada **2**

Senado fará sessão temática sobre situação das santas casas **4**

Senado
transparente

Economia com contratos de serviços chega a R\$ 6 milhões

Levantamento do Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica apontou redução significativa nos gastos do Senado com contratos

de serviços continuados. Licenças de softwares diminuiram R\$ 2 milhões e a economia relativa a mão de obra chegou a R\$ 1,4 milhão. **3**



Áreas como mão de obra e licenças de softwares reduziram despesas

Roraima começa a receber sinal da TV Senado **2**

Interlegis inicia série de eventos em Minas Gerais **3**

Edilson Rodrigues/Agência Senado



Romário, presidente da CPI do Futebol, fala em reunião ao lado de Romero Jucá, relator da comissão

CPI do Futebol quer ouvir ex-dirigente detido na Suíça

O relator da CPI do Futebol, Romero Jucá, apresentará amanhã proposta de plano de trabalho para a comissão. Entre as atividades previstas, estão viagens para

a Suíça e os Estados Unidos. Os senadores, por exemplo, deverão ouvir José Maria Marin, ex-presidente da Confederação Brasileira de Futebol detido na Suíça. **4**

ACONTECEU NO SENADO

Gary Emery/U.S. Air Force



O caça sueco Gripen, modelo que será incorporado à Força Aérea Brasileira

Plenário autorizou empréstimo para compra de caças

Na quarta-feira, os senadores aprovaram autorização para que o governo tome empréstimos até R\$ 16 bilhões para comprar os caças Gripen para a Força Aérea. **4**

Sancionada lei sobre dívida dos estados e municípios

Novo cálculo dos débitos, que alivia prefeituras e governos estaduais, terá de ser adotado pela União até 31 de janeiro de 2016. Foi vetado, no entanto, prazo para bancos liberarem depósitos judiciais

FOI SANCIONADA NA quarta-feira a Lei Complementar 151/2015, que estabelece 31 de janeiro de 2016 como limite para o Executivo aplicar o novo indexador das dívidas dos estados e dos municípios. A lei obriga a União a ressarcir o ente federativo de valores pagos a mais até a assinatura dos aditivos contratuais.

As novas regras para cálculo das dívidas estão previstas em outra lei complementar, a 148. Faltava apenas oficializar o prazo para a adoção. Pela nova fórmula, a correção dos débitos deve ser feita pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 4% ao ano ou pela taxa Selic, o que for menor. Antes o cálculo baseava-se na variação do Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI) mais juros de 6% a 9%.

Ao sancionar a Lei Complementar 151, a presidente Dilma Rousseff vetou, no entanto, pontos relativos à autorização para estados e municípios usarem depósitos judiciais e administrativos no pagamento de itens como precatórios, dívida pública e despesas de capital.



Autor da emenda sobre uso dos depósitos judiciais, Serra critica veto de Dilma

Na quinta-feira, o senador José Serra (PSDB-SP), autor da emenda que incluiu os depósitos judiciais no projeto de lei sobre os indexadores (PLC 15/2015), criticou o veto ao prazo de 15 dias para que os bancos liberassem os valores. A parte vetada previa o pagamento de correção e multa caso houvesse atraso.

Segundo o veto de Dilma, é preciso garantir um tempo para o “desenvolvimento tecnológico e operacional” por parte dos bancos que recebem depósitos judiciais e administrativos. Por sua vez, Serra afirmou que, na prática, o veto

desfigura a proposta dele.

— Foi um veto mal pensado, mal planejado, porque corre o risco de tornar a medida inócua— disse.

O senador sugeriu que Dilma edite uma medida provisória estabelecendo um período para a adequação dos bancos.

A lei permite a estados e municípios usarem como receita 70% dos depósitos judiciais e administrativos de processos em andamento. Os 30% restantes constituirão um fundo de reserva para garantir o pagamento ao contribuinte que ganhar o processo judicial ou administrativo.

TV Senado começa a ser transmitida para Roraima

A TV Senado entrou em Roraima na sexta-feira, em parceria com a Assembleia Legislativa do estado. Será possível acompanhar os trabalhos do Congresso, por meio da veiculação de conteúdo cedido pelo Senado e pela Câmara.

— A população poderá acompanhar constantemente a atividade legislativa. A TV Senado desempenha um grande trabalho para fortalecer nossa democracia — disse o segundo-vice-presidente do Senado, Romero Jucá (PMDB-RR).

O sinal chega a Boa Vista, Mucajá, Cantá e Alto Alegre, além de parte de Bonfim e da zona rural da capital. A intenção é

expandi-lo a todo o estado.

Participaram do evento a secretária de Comunicação Social do Senado, Virgínia Malheiros Galvez, e a diretora da TV Senado, Júnia Melo.

— O objetivo é cobrir todas as capitais. A TV é um canal de valor inestimável. A comunicação do Senado fortalece a relação com o cidadão — afirmou Virgínia.



O senador Romero Jucá (5º à dir.) participa do evento na Assembleia de Roraima

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

INSTITUCIONAL Interlegis

9h O Programa Interlegis inicia em Unai (MG) uma série de eventos em Minas para a modernização dos Legislativos municipais.

PLENÁRIO Sessão não deliberativa

14h Sessão destinada a pronunciamentos.

CDH Desemprego

8h30 Audiência interativa debate desemprego com centrais sindicais e Justiça.

CMA Energia elétrica

9h30 Texto que prevê a livre comercialização de energia elétrica por consumidores (PLS 239/2014) é um dos itens da pauta.

CAE Tributação

10h A comissão avalia o PLS 275/2014, que muda critérios de identificação de países com tributação favorecida, e outros itens.

CCT/CMA Transgênicos

10h30 Primeira audiência sobre projeto que extingue identificação obrigatória da origem transgênica nos rótulos (PLC 34/2015).

CE Bolsa para universitários

11h Na pauta, entre outros itens, está o PLS 214/2010, que institui o Programa Bolsa de Permanência Universitária.

CMO Reunião de líderes

13h30 Reunião do colegiado de líderes. Às 14h30, reunião deliberativa aprecia, entre outros, o PLN 1/2015, sobre a LDO 2016.

CPI DO FUTEBOL Plano de trabalho

14h Apresentação do plano de trabalho.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Reunião

14h Apresentação de pesquisa do DataSenado sobre violência doméstica e análise do plano de trabalho da comissão.

CCAI Requerimentos

14h30 A Comissão de Controle das Atividades de Inteligência avalia requerimentos.

REFORMA POLÍTICA Relatório

14h30 Leitura do relatório ao PLC 75/2015, sobre regras eleitorais e partidárias.

QUARTA

CI Reunião deliberativa

8h30 Comissão avalia pauta com 11 itens.

CAS Bioprótese

9h Audiência sobre implante por cateter de bioprótese valvar aórtica pelo SUS.

CDR Captação de água

9h PLS 324/2015, sobre obrigatoriedade de captação de água da chuva e reúso nas novas construções, é um dos itens da pauta.

CDH Pessoa com deficiência

9h Audiência pública sobre pessoas com deficiência nos EUA e no Brasil.

CCT/CMA Transgênicos

9h Segunda audiência pública conjunta sobre selo identificador da origem transgênica nos rótulos dos produtos.

CCJ Bens de traficantes

10h Na pauta, entre outros, o PLS 304/2011, sobre bens apreendidos do tráfico de droga.

CONGRESSO Sessão solene

11h Homenagem à 5ª Marcha das Margaridas, no Plenário do Senado.

ESTATAIS Responsabilidade

14h Comissão mista que elabora Lei de Responsabilidade das Estatais apresenta minuta do projeto.

CMO LDO 2016

14h Exame das diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária de 2016; às 18h, reunião extraordinária.

MP 680/2015 Proteção ao emprego

14h Instalação da mesa da comissão que avalia Programa de Proteção ao Emprego.

MP 681/2015 Cartão de crédito

14h10 Instalação da mesa da comissão que examina desconto em folha para pagamento de cartão de crédito.

MP 682/2015 Seguro rural

14h20 Instalação da mesa da comissão que trata da gestão de fundo de seguro rural.

MP 675/2015 Contribuição sobre lucro

14h30 Comissão que estuda elevação da alíquota da CSLL aprecia relatório.

MP 683/2015 Desenvolvimento

14h30 Instalação da mesa da comissão que estuda criação de fundo para o desenvolvimento regional.

MP 684/2015 Parcerias

14h40 Instalação da mesa da comissão que avalia vigência de lei sobre parcerias entre organizações civis e poder público.

MP 685/2015 Litígios tributários

14h50 Instalação da mesa da comissão que examina projeto sobre o Programa de Redução de Litígios Tributários.

QUINTA

PLENÁRIO Sessão especial

9h Reverência à memória de Eduardo Campos, após 1 ano de seu falecimento.

CMO Orçamento de 2016

10h Reunião extraordinária sobre a lei orçamentária de 2016; às 14h, nova reunião.

CRE Forças Armadas

10h Indicação para embaixador do Brasil na Bolívia e audiência pública para discutir projetos estratégicos das Forças Armadas.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 14h, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Vicentinho Alves
Segundo-secretário: Zeze Perrella
Terceiro-secretário: Gladson Cameli
Quarta-secretária: Ângela Portela
Suplentes de secretário: Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Virgínia Malheiros Galvez
Diretora-adjunta: Edna de Souza Carvalho
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Ricardo Icassatti Hermano
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Rodrigo Chia
Serviço de Fotografia: Leonardo Alves Sá
Serviço de Portal de Notícias: Mikhail Lopes
Coordenação de Edição: Silvío Burle
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Cíntia Sasse, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Projeto que aumenta encargos da folha de pagamento para 56 setores da economia é o primeiro item da pauta. Também há propostas sobre reforma política e pacto federativo

Plenário pode votar revisão das desonerações

A PAUTA DE votações do Plenário para esta semana tem como prioridade o projeto que retira a desoneração da folha de pagamento de 56 setores produtivos. O projeto entrou em regime de urgência, passando para o primeiro lugar da pauta, e precisa ser votado antes de qualquer outro item.

Com a mudança proposta pelo governo, setores que hoje pagam 1% de contribuição previdenciária terão aumento para 2,5%, caso de varejistas e fabricantes de brinquedos, por exemplo. Os que atualmente pagam 2%, como empresas de tecnologia de informação, passarão a pagar 4,5%.

O texto aprovado pela Câmara dos Deputados concede benefícios para alguns setores. Call centers, empresas jornalísticas e os setores de calçados, de transportes e de alimentos como pão, aves, suínos e peixes pagarão menos impostos que o inicialmente previsto no projeto.

O PLC 57/2015 faz parte do pacote de ajuste fiscal do governo, que após muita polêmica teve a votação concluída



Alíquotas da contribuição previdenciária poderão aumentar de 1% para 2,5%, como no varejo, e de 2% para 4,5%

na Câmara em 25 de junho. A oposição votou contra, por considerar que o aumento de tributos prejudica a recuperação da economia e traz desemprego. O projeto também altera a lei que disciplina isenções nos Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro.

Reforma política

Continuam na pauta do Plenário os projetos da reforma política que não foram votados antes do recesso parlamentar. Na semana passada,

os senadores avançaram nas discussões da PEC 98/2015, que amplia a participação feminina nos Legislativos municipais, estaduais e federal. O texto passará pela última sessão de discussão e poderá ser votado em primeiro turno. Serão necessárias mais três sessões antes da votação em segundo turno.

Entre os demais projetos da reforma que aguardam votação, o primeiro é o PLS 440/2015, que distribui o tempo de propaganda partidária

em rádio e TV de acordo com o tamanho das bancadas na Câmara. O PLS 442/2015 prevê novas eleições para cargo de prefeito, governador, senador e presidente em caso de perda de mandato do titular.

Devem ser discutidos ainda o PLS 474/2015, que confere efeito suspensivo aos recursos contra sentença de juiz eleitoral que casse o diploma de prefeito, vice-prefeito e vereador; o PLS 464/2015, que altera o calendário das eleições; o PLS 481/2015, que

determina que candidatas a cargos do Executivo só terão o tempo de rádio e TV de seus próprios partidos; e o PLS 482/2015, que regulamenta a contratação de pessoas pelos partidos e pelas campanhas.

Outras duas PECs poderão ser colocadas em votação. A PEC 78/2013 é um dos itens selecionadas pela Comissão do Pacto Federativo. A proposta prorroga até 2028 o prazo para que recursos públicos para irrigação sejam prioritariamente investidos no Nordeste e no Centro-Oeste. O texto entra na última sessão de discussão antes de ser votado em segundo turno. Já a PEC 74/2013, que inclui o transporte entre os direitos sociais constitucionais, já pode ser votada em primeiro turno.

Também estão na pauta o PLC 41/2015, que altera o plano de carreira do Ministério Público da União (MPU) e do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), e o PLC 106/2012, que garante acessibilidade nos portais públicos de internet para pessoas com deficiência.

Debate em São Luís condena projeto sobre terceirização

Em audiência pública na sexta-feira em São Luís, trabalhadores aprovaram a *Carta do Maranhão contra a Terceirização*. O debate foi promovido pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado em parceria com a CDH da Assembleia Legislativa do Maranhão.

O presidente da CDH maranhense, Zé Inácio (PT), defendeu que deputados e especialmente senadores do estado rejeitem o PLC 30/2015, que trata do assunto.

Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH do Senado, que tem debatido o tema em

vários estados, foi enfático ao criticar o projeto.

— Só pode ser psicopata aquele que acredita que pode terceirizar somente em nome do lucro, sem considerar as

consequências do projeto — afirmou o senador.

Representantes da sociedade foram duros contra o PLC 30/2015, defendendo a total rejeição da proposta.



Senador Paim (3º à esq.) coordena debate na Assembleia Legislativa do Maranhão

Interlegis moderniza processo legislativo com oficinas em MG

O Programa Interlegis, vinculado ao Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), começa hoje, em Unaí, uma série de eventos em Minas Gerais voltados para a modernização do Legislativo municipal. A agenda do semestre prevê a realização dos Encontros Interlegis e de oficinas de treinamento em outras cidades-polo do estado, além de Unaí, para alcançar o maior número de câmaras.

De acordo com Antonio Anastasia (PSDB-MG), o objetivo é encontrar lideranças e servidores para “uma troca de experiências e apresentar

ferramentas que aproximam o Legislativo da sociedade, facilitando e desburocratizando o trabalho parlamentar”.

Uma das preocupações do ILB/Interlegis é diminuir o quadro de exclusão digital do legislativo municipal. Pesquisa feita pelos técnicos do programa em 2014 mostrou que as câmaras não tinham site em 58% (492) dos 853 municípios mineiros. Esse número diminuiu bastante de lá para cá, chegando a 32%. No entanto, boa parte dessas câmaras estão com o portal vazio ou sem atualização.

Senado economiza R\$ 6 milhões com contratos de serviços



O Senado tem conseguido diminuir significativamente os gastos com contratos relacionados a serviços continuados. Dados do levantamento feito pelo Escritório Corporativo de Governança e Gestão Estratégica (Egov) mostram que, no semestre, as economias de custeio chegaram a R\$ 6 milhões.

Segundo José Henrique de Oliveira Varanda, gestor-assistente do Egov, esses contratos garantem o funcionamento de todas as áreas da Casa. Diferentemente dos

gastos com investimento, que estão relacionados com novas ações, o custeio tem a responsabilidade “de manter a máquina rodando”:

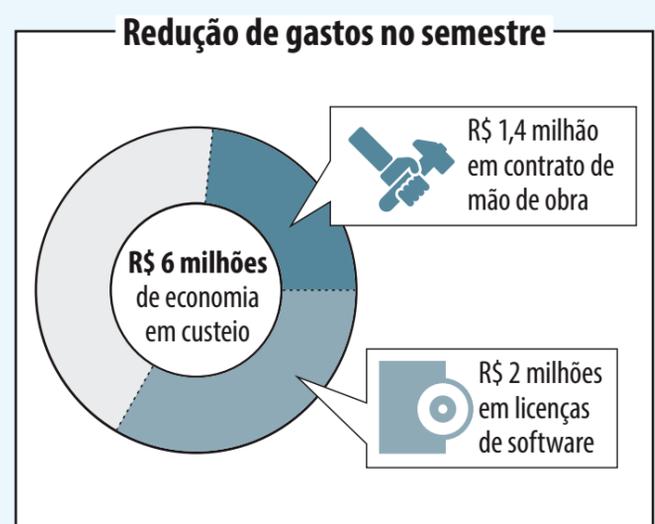
— No primeiro semestre, houve uma redução importante devido a um processo licitatório concorrencial bem acirrado. Nós fazemos o projeto básico e o termo de referência, de forma a adequar à realidade do Senado.

A compilação das informações não foi uma tarefa fácil. A premissa foi buscar o melhor aproveitamento dos

recursos, tentando compilar as necessidades em um único processo licitatório com um quantitativo maior.

— Esse levantamento nem sempre é simples, pois há contratos que deram origem a três novos. Há casos em que havia três contratos que foram consolidados em um.

Somente com atualizações de licenças de software, houve uma redução de custos de R\$ 2 milhões. Outra economia expressiva foi a de R\$ 1,4 milhão em contrato de mão de obra.



Jucá apresentará amanhã calendário da CPI do Futebol

Cronograma preverá viagens da comissão parlamentar de inquérito à Suíça e aos Estados Unidos para ouvir o ex-presidente da CBF José Maria Marin e o empresário José Hawilla, presos por corrupção

RELATOR DA CPI do Futebol, Romero Jucá (PMDB-RR) apresentará amanhã uma proposta de plano de trabalho da comissão. O calendário de atividades incluirá as viagens de uma comitiva para a Suíça e os Estados Unidos a fim de tomar o depoimento de José Maria Marin, ex-presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), e do em-

presário José Hawilla. Ambos foram presos por corrupção.

As viagens foram propostas pelo presidente da CPI, Romário (PSB-RJ), e aprovadas na reunião de terça-feira.

A comissão parlamentar de inquérito também quer ouvir o FBI para obter detalhes da operação em curso contra a corrupção no futebol internacional.

A CPI do Futebol investiga supostas irregularidades em contratos firmados para a realização de partidas da Seleção Brasileira, de campeonatos organizados pela CBF, da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014.

A reunião, prevista para as 14h, será comandada por Romário.



Jucá, o relator da CPI, e Romário, o presidente: comissão quer se reunir com FBI para conhecer investigação americana

Comissão votará apoio a Zico para a presidência da Fifa

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), presidida por Romário (PSB-RJ), deve analisar amanhã o requerimento de Alvaro Dias (PSDB-PR) para que o colegiado declare apoio formal à candidatura do ex-jogador Zico à presidência da Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa). A eleição da entidade está marcada para 26 de fevereiro.

Alvaro espera que esse seja o início de um movimento que leve outras instituições e o país a apoiar formalmente a candidatura de Zico, que atuou pelo Flamengo e pela Seleção

Brasileira em três Copas.

— É fundamental que o Brasil assumira seu protagonismo no campo esportivo e que sejamos capazes de converter nosso papel de destaque em liderança e capacidade de transformar o cenário revelado — afirma o senador, fazendo alusão aos diversos casos de corrupção que levaram à prisão de dirigentes da Fifa, entre eles o ex-presidente da CBF, José Maria Marin.

Entre outros 16 itens na pauta da CE, estão o PLS 214/2010, de Paulo Paim (PT-RS), que cria a Bolsa de Permanência Universitária; o PLS 189/2012, de

Cristovam Buarque (PDT-DF), que estabelece penalidades para os pais ou responsáveis que não comparecerem às escolas para o acompanhamento do desempenho dos filhos; e o PLS 95/2013, do ex-senador Vital do Rêgo, que cria critérios de assiduidade e inovação pedagógica para a progressão funcional dos profissionais da educação. Também deve ser analisado o PLS 531/2011, de Zeze Perrella (PDT-MG), que exige a comprovação da contratação de seguros como uma condição para a participação de atletas e treinadores de futebol nas competições oficiais.

Senado fará sessão temática sobre as santas casas de misericórdia

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou a realização de sessão temática para debater políticas que garantam o equilíbrio econômico e financeiro das santas casas. O comunicado foi feito na terça-feira durante encontro com representantes da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas (CMB), acompanhados dos senadores Ana Amélia (PP-RS), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Waldemir Moka (PMDB-MS).

Os representantes das santas casas pediram o apoio de Renan para a aprovação de leis que viabilizem o saneamento econômico das entidades e garantam a manutenção do atendimento aos usuários.

No mês passado, Ana Amélia reclamou em Plenário que as santas casas e os hospitais filantrópicos não recebem do governo o pagamento devido pelos atendimentos a pacientes do SUS. (Com assessoria de imprensa da Presidência do Senado)

Rose esclarece ação sobre votação feita pela Câmara

A senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), divulgou na sexta-feira nota oficial sobre a ação movida por ela no Supremo Tribunal Federal (STF) em relação à votação feita pela Câmara, quarta-feira, das contas governamentais dos ex-presidentes Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Rose esclarece que o objetivo da ação é garantir que a análise das contas seja feita em sessão conjunta do Congresso.

ACONTECEU NO SENADO



Christopher Mesnard/U.S. Air Force

O avião militar sueco Gripen, que deverá integrar a Força Aérea Brasileira

Aprovado empréstimo para compra de caças suecos

Na quarta-feira, foi aprovada no Plenário a operação de crédito que permite ao Brasil adquirir caças suecos Gripen. O valor autorizado soma o equivalente a até R\$ 16 bilhões. Os recursos vão financiar o Projeto FX-2, que inclui a compra dos aviões, o suporte logístico e a aquisição de armamentos necessários à operação dos caças.

PROJETO AGILIZA LEILÃO DE VEÍCULOS APREENDIDOS

O Plenário aprovou na terça-feira o PLC 24/2014, que facilita o leilão de veículos apreendidos pelo Detran. O projeto reduz de 90 para 60 dias o prazo para que os veículos sejam avaliados e levados a leilão.

RENAN COBRA DE LEVY AGENDA EM FAVOR DO PAÍS

Na terça-feira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, e outros senadores almoçaram com o ministro da Fazenda, Joaquim Levy (foto). Renan cobrou "uma agenda de interesse do país, com começo, meio e fim".

TEXTO FACILITA FORMAÇÃO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

Na terça, foi aprovado o PLS 196/2014, que trata dos consórcios públicos em convênios com a União. As exigências fiscais e previdenciárias serão cobradas só do consórcio, e não dos entes federativos que o integrem.



Edilson Rodrigues/Agência Senado

INSTALADA COMISSÃO SOBRE PETROBRAS NO PRÉ-SAL

Foi instalada, na quarta, a comissão especial que analisará o PLS 131/2015, de José Serra (PSDB-SP), que revoga a participação obrigatória da Petrobras na produção do pré-sal. Otto Alencar (PSD-BA) foi eleito presidente do colegiado. Por falta de acordo, foram adiadas as eleições do relator e do vice-presidente.



Pedro Franco/Agência Senado

PROTEÇÃO DE APOSENTADOS CONTRA FRAUDE

Na quarta, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou texto que protege aposentados de fraude no empréstimo consignado. O PLS 276/2007 é de Valdir Raupp (PMDB-RO). O projeto vai para a Comissão de Assuntos Econômicos.

USO DE TRABALHO ESCRAVO LIMITA ACESSO A CRÉDITO

A Comissão de Agricultura aprovou na quinta-feira projeto que veda o acesso a subvenções econômicas a produtores e cooperativas rurais condenados por trabalho escravo. O texto passará por turno suplementar.

CPI DO CARF INTERROGA EX-CONSELHEIROS

Na quinta, a CPI do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais ouviu Maurício Taveira e Antônio Lisboa, ex-conselheiros do órgão que participaram do julgamento que levou a desconto numa autuação da Mitsubishi.



Marcos Oliveira/Agência Senado — 5/8/2015

EM DEBATE, SETOR DE ECONOMIA CRIATIVA PEDE APOIO

Setor com potencial para se tornar o motor de um novo modelo de desenvolvimento, a economia criativa foi tema de audiência na Comissão de Desenvolvimento Regional na quarta-feira. A economia criativa envolve produtos e serviços tendo o capital intelectual como principal recurso produtivo. O setor tem desafios a superar, como a excessiva informalidade e a falta de financiamento.